

## POR UMA DIDÁTICA RACIAL NA INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: USANDO MAPAS MENTAIS NA ESCOLA

João Pedro da Silva Costa<sup>1</sup>

Luís Paulo Cruz Borges<sup>2</sup>

### RESUMO

A escola, como instituição moderna, causa estranhamentos com suas práticas e concepções que se dão em contradição. Há que se perceber tal instituição como lócus de cruzamento de culturas que, intimamente, disputam sentidos, poder e saber. O presente trabalho tem como objetivo ser um relato reflexivo sobre os usos dos mapas mentais no âmbito do *Projeto de Iniciação à Docência* desenvolvido no Ensino Fundamental do CAP-UERJ. O mapa mental é uma técnica de estudo do final dos anos de 1960 que possibilita a criação de resumos tornando-se aportes de fundamentação teórica e pedagógica. À guisa de conclusão, podemos pensar que os mapas mentais possibilitam uma reflexão contribuindo com tantas outras inquietações *na/para* a formação docente e pretende avançar por novas outras questões que se põem entre a escola de educação básica e a universidade, a partir do dispositivo da Lei 10.639 e 11.645 sobre questões étnicas. Nosso desafio é pensar/agir/lutar a favor de práticas antirracistas no cotidiano escolar.

**Palavras-chave:** Didática racial, Iniciação à Docência, Mapas Mentais, Escola.

### Introdução

O projeto de Iniciação à Docência *Circularidades de saberes na formação docente: por uma didática racial*, que nasce em 2017, tem como objetivo colocar em pauta questões raciais dentro do âmbito escolar. Além de contribuir para a formação docente capaz de pensar uma didática a partir da luta antirracista e efetivar a Lei 10.639, agora 11.645, sobre a história de culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas nos currículos da escola de Educação Básica.

A Iniciação à Docência (ID) é um espaço-tempo fecundo para a formação docente (FONTOURA, 2007), pois possibilita que ainda na graduação o/a docente em formação tenha uma bolsa e acompanhe uma turma sob a supervisão de um/a professor/a mais experiente. No presente texto temos como objetivo produzir reflexões

---

<sup>1</sup> Graduando em Artes pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista de Iniciação à Docência pelo CETREINA/UERJ. [joao.costa2306@gmail.com](mailto:joao.costa2306@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor do Instituto de Aplicação Fernandes Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-UERJ). [borgesluispaulo@yahoo.com.br](mailto:borgesluispaulo@yahoo.com.br)

sobre os mapas mentais e sua contribuição à formação teórica e pedagógica de professores e professoras em seus desenvolvimentos profissionais.

Ao perguntar a cor/raça de uma pessoa na rua encontramos grandes dificuldades, pois estamos colocando uma identidade em xeque, assim também ocorre na escola. São as palavras do pesquisador Munanga (1999, p.18) que nos instigam a pensar nessas disputas, através dos campos, biológico e ideológico.

O que significa ser “branco”, ser “negro”, ser “amarelo” e ser “mestiço” ou “homem de cor”? Para o senso comum essas denominações parecem resultar da evidência e recobrir realidades biológicas que se impõem por si mesmas. No entanto, trata-se, de fato, de categorias cognitivas largamente herdadas da história da colonização, apesar da nossa percepção da diferença situar-se no campo visível. É através dessas categorias cognitivas, cujo conteúdo é mais ideológico do que biológico, que adquirimos o hábito de pensar nossas identidades sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico.

Nesse cenário, a palavra “raça”, que também é conceito, é construída socialmente entre as tensões de brancos e negros, mas que dispensa o conceito biológico empregado no século XVIII. Reafirmamos a ideia de que raça não é algo biológico, antes de tudo, um conceito social. Também não podemos negar a grande relação entre a colonização e as questões raciais. Nosso processo de colonização foi um disparador de desafios que nos constituíram como nação. Tais relações que ocorreram numa perspectiva do poder, algo que é político-ideológico. Se é político e ideológico, assumimos como tarefa uma desconstrução que se dá numa luta antirracista.

Podemos dizer que o CAP-UERJ é um instituto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que atende três dimensões de ensino: educação básica, graduação e pós-graduação, com o Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB). O mesmo fica localizado no bairro do Rio Comprido, cidade do Rio de Janeiro/RJ, tendo destaque em sua produção baseada na relação ensino, pesquisa, extensão, gestão e cultura.

O CAP-UERJ é uma instituição pública, vinculada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com objetivo de desenvolver a formação inicial e continuada de docentes. Criado no ano 1957, em função do Decreto-Lei 9053/1946 - que tornou obrigatória às Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras o estabelecimento dos chamados “ginásios experimentais”, “colégios de demonstração” ou “colégios de aplicação” (CORREIA, 2017) -, o Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pertencente a então Universidade do Distrito Federal (UDF), nasceu sob a perspectiva de ofertar uma formação docente voltada

à experimentação metodológica e vivência teórico-prática (FERREIRA, et alii, 2020, p. 48).

Indicamos que em 2020 nossas experiências ocorram em uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental (EF), de forma remota. A turma em questão ainda conta com a presença de quatro docentes e dois bolsistas de Iniciação à Docência (ID). A seguir falaremos sobre nossa proposição de uma didática racial e a luta antirracista.

### **Por uma didática racial: a luta antirracista é coletiva**

A Didática pode ser entendida como a mediação de toda prática educativa. Por isso mesmo, o diálogo com o estudo de Candau (1983) nos propõe pensar a Didática em questão e os seus novos rumos, a partir da tensão posta na década de 1980 entre o fundamental e o instrumental, mas que ainda hoje ecoa nas discussões sobre o ensino, a aprendizagem e a escola contemporânea. Novos desafios com antigos dilemas que passam da neutralidade à dialogicidade.

Na esteira das reflexões de Roldão (2007; 2005), e em diálogo com as investigações de Cruz e André (2011), compreende-se o ensino como uma especificidade do profissional professor, por isso mesmo, circunscrita a um contexto histórico-social em mudanças. Assim sendo, toma-se a concepção de Roldão (2007, p.94) sobre o ensino nas sociedades atuais como a ação de “fazer aprender alguma coisa a alguém”. Esta perspectiva traz à tona a ideia que ensinar exige uma dupla transitividade e uma mediação, por isso, situa-se como uma especificidade de “fazer aprender alguma coisa (currículo) a alguém (na dupla transitividade entre sujeitos)” (ROLDÃO, 2007, p. 95).

O binômio ensinar-aprender está imbricado nas relações propostas no campo da Educação. Tais dimensões se coadunam compondo, também, as questões do próprio campo da Didática. Ensinar como especificidade humana requer uma gama de exigências, tais como pesquisa, reflexão crítica, respeito aos diversos saberes do alunado, entre outras (FREIRE, 1996). Exigências estas postas, também, no cenário da formação e do trabalho docente. Ensinar, então, se torna um desafio. E como relacionar ensino com as questões étnico-raciais? Como pensar uma didática que não seja neutra?

É diante desse cenário que pensamos o combate ao racismo através de práticas que dialogam, diretamente, no campo da cultura. O conceito de cultura, tão polissêmico, passa a ser entendido como uma teia em que todo ser humano está enredado a ela, nos fazendo pensar nas tramas e teias da vida (CANDAUI, 2008). Os campos da cultura e da educação passam a ser essa arena em que disputamos identidades e diferenças. A escola, ou a ausência dela, dessa forma, passa a ser palco dessas tensões em que vislumbramos a exclusão como uma possível categoria de análise.

A partir de uma perspectiva que não a monocultural e eurocêntrica, objetivamos pensar em uma perspectiva intercultural que se leve em conta as diversas matizes sociais e culturais postos em nossa sociedade (CANDAUI, 2008). A Lei 10.639/03, e agora a Lei 11.645/08, também, são frutos dessa luta histórica de movimentos a favor da inclusão da história de culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas nos currículos da escola de Educação Básica. Segundo Roberto Borges (2008, p.48) a Lei 10.639 que muito contribui e vem contribuindo para pensarmos nossas práticas educativas. O autor problematiza tais contribuições ao afirmar:

Que contributos concretos a Lei 10.639/03 nos traz? Ao propor uma revisão em nossa história, postura e modo de olhar, que têm sido eurocêtricos, salvo pouquíssimas exceções, a referida Lei nos leva a questionar, por exemplo, onde foram parar os nomes de homens e mulheres negros e negras, pretos e pretas, pardos e pardas, mestiços e mestiças, afrodescendentes, enfim, que participaram ativamente da construção de nossa história, da nossa cultura, de nossa identidade nação?

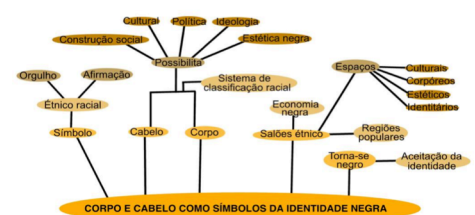
Ao longo dos últimos anos, as questões envolvendo raça, etnia, cor, gênero e sexualidade em muito permeiam os espaços-tempos das escolas e das universidades. Tais disposições são/foram marcadas por muitas lutas com diferentes sujeitos, ou seja, são/foram homens e mulheres que lutam/ lutaram por uma sociedade mais justa e igualitária. A seguir falaremos da escola na luta antirracista e do papel dos mapas mentais na formação teórica docente.

### A escola na luta antirracista: os mapas mentais como formação teórica

No projeto de ID trabalhamos com a ideia de mapas mentais como parte de desenvolvimento do trabalho docente. Assim sendo, os mapas tornaram-se aportes de

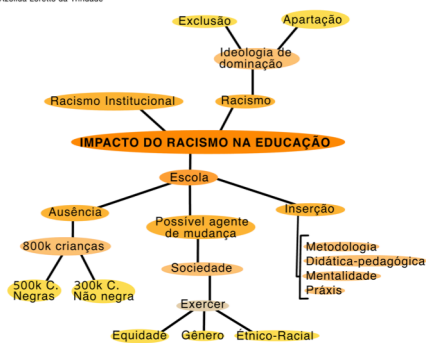
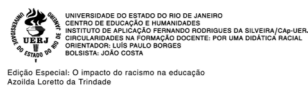
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
INSTITUTO DE APLICAÇÃO FERNANDO RODRIGUES DA SILVEIRA CAU-UERJ  
CIRCULARIDADES NA FORMAÇÃO DOCENTE. POR UMA DIDÁTICA RACIAL  
ORIENTADOR: LUIS PAULO BORGES  
BOLSISTA: JOÃO PEDRO DA SILVA COSTA

Texto: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra  
Nilma Lino Gomes



fundamentação teórica e pedagógica. O mapa mental é uma técnica de estudo do final dos anos de 1960 que possibilita a criação de resumos "cheios de símbolos, cores, setas e frases de efeito com o objetivo de organizar o conteúdo e facilitar associações entre as informações destacadas" (PRATA, p. 13, 2017). Essas representações gráficas nos ajudam a olhar e perceber conceitos que podem ser trabalhados com mediação didática em sala de aula.

Escolhemos como aporte teórico autores/as que dialogassem com as questões raciais e que contribuíssem para o campo educacional, sobretudo, na produção de currículos, didáticas e formação docente. Após a escolha dos/as autores/as realizamos uma busca na produção elencando quais obras faríamos os mapas. Por fim, realizamos os mapas mentais de bell hooks, Nilma Lino Gomes, Kabenguele Munanga, Azoilda Loreto da Trindade e Renato Nogueira.



A partir dos mapas mentais podemos pensar que as instituições de ensino, principalmente aqui pensando escola & universidade, podem tomar como objetivo seguir por um caminho que interligue a importância da educação, cultura e identidades negras. Dessa forma, chegaremos próximo de um ensino pautado em equidade para todos e todas. Sabendo que “existem diferentes e diversas formas e modelos de educação, e que a escola não é o lugar privilegiado onde ela acontece e nem o professor é o único responsável pela sua prática” (GOMES, 2003 p.170). Cremos no exercício do diálogo como forma de produção de conhecimento.

Percebemos que a escola é responsável por transpassar esses saberes, contudo, ela não é a única. Cabe a todos nós, sujeitos sociais em sociedade, tornarmos responsáveis da execução da luta antirracista, pois só assim teremos êxito de mudança:

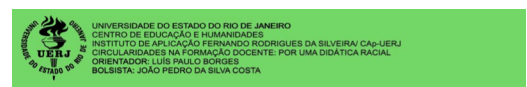
Assim, como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, em que os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividade e no qual se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo (GOMES, 2003 p.171).

Ao longo do ano letivo os mapas nos ajudaram a pensar práticas educativas que nos possibilitassem aprender a transgredir, nas palavras de bell hooks (2013<sup>3</sup>). Ensinar, então, torna-se um lugar de disputas em que o respeito e ação sejam dimensões necessárias presentes em uma pedagogia engajada gerando um conhecimento significativo (hooks, 2013). Desenvolvemos um trabalho pautado na luta antirracista produzindo reflexões teóricas e práticas em um processo de circularidades de saberes pautado na horizontalidade (TRINDADE, 2013).

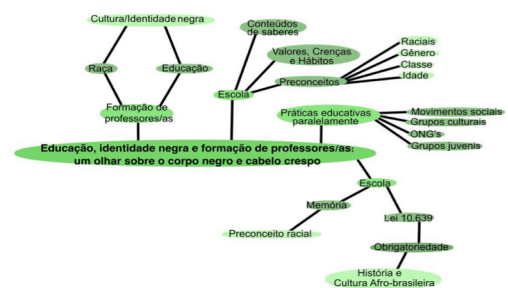
### À guisa de conclusão

A nossa sociedade prevalece sendo estruturada em cima de pensamentos e premissas escravocratas. Onde sujeitos que gozam de poder e privilégios não correspondem aos sujeitos pretos. Para entendermos e, também, modificar esse sistema opressor e excludente, precisamos pensar nas instituições de ensino, pois são nesses espaços que pensamentos e comportamentos se reforçam ou se subvertem. Quando refletimos em estruturação de sistema, vemos na base tudo o que vai contraposto ao homem branco. Homens e mulheres negras (impossível não citarmos gênero quando tratamos de questões sociais) seguem sendo cada vez mais silenciados e ignorados nesses espaços de ensino. Espaços-tempos esses que deveriam ter como objetivo o fim de uma opressão tão enraizada em diversos sentidos.

As escolas de Ensino Fundamental acabam por sua vez tendo um papel importantíssimo na formação do pensamento crítico de crianças-estudantes, tendo em vista que a instituição escolar é carregada de saberes, hábitos e crenças reforçando, dentro de suas possibilidades, a noção de pluralidade e diversidade das identidades e culturas negras de uma forma metodológica e didática a esses sujeitos sociais.

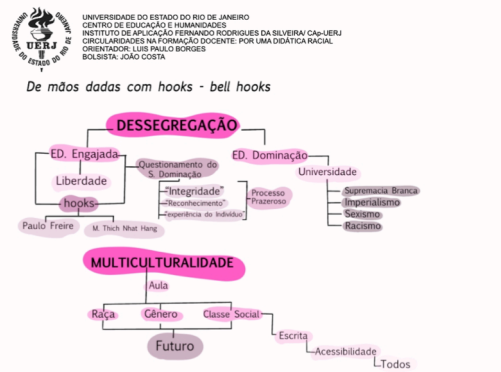


Texto: Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo  
Nilma Lino Gomes



<sup>3</sup> bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins. Nascida nos Estados Unidos em 25 de setembro de 1952, seu nome foi inspirado na sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. De acordo com a autora a escolha da escrita minúscula justifica-se por interesse em dar mais enfoque ao conteúdo desenvolvido em suas obras e menos a sua pessoa.

Parafrazeando o pensamento conceitual de Paulo Freire (1996), *aprender para ensinar*, buscamos no Projeto de Iniciação à Docência trabalhar com autores que têm como pesquisas acadêmicas as didáticas raciais e sociais para a reestruturação do nosso sistema opressor e racista por meio de uma educação crítica (hooks, 2020). Pensando na importância de construir conhecimentos para uma melhor formação de propostas pedagógicas baseadas nos mapas mentais numa proposição de uma didática racial.



## Referências

- CANDAU, V. M. F. (Org). **A didática em questão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1983.
- CANDAU, V. M. Interculturalidade e Educação escolar. In: CANDAU, V. M. (org). **Reinventar a escola**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 6ª ed. 2008.
- CRUZ, G. B. da; ANDRÉ, M. E. D. A. Professor de Didática e o aprendizado da docência. **ANAIS CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES E CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**, p. 01-10, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- ROLDÃO, Maria do Céu. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 94-81, 2007.
- ROLDÃO, Maria do Céu. Profissionalidade docente em análise – especificidades dos ensinos superior e não superior. **Revista NUANCES**, Universidade do Estado de São Paulo, ano XI, n. 13, p. 108-126, 2005.
- BORGES, R. C. da S. Abolição, educação e antirracismo no contexto da Lei 10.639/03. **Revista Tecnologia & Cultura – Revista do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/ RJ)**, Rio de Janeiro, p.45-50, 2008.
- DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata da ONU, realizada entre 31 de agosto e 08 de setembro de 2001 na cidade de Durban na África do Sul. Mimeo.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA. Brasília: MEC, 2005.

FERREIRA, W.; PAIN, Rodrigo de Souza ; SOUZA, G.N.; SILVA, A.O. A formação docente em Sociologia no CAP-UERJ: uma experiência entre o ensino curricular e a extensão universitária. **Revista e-Mosaicos**, v. 09, p. 46-59, 2020.

FONTOURA, H. A. Iniciação à Docência: espaço fecundo de formação de professores. In: FONTOURA, H. A. (org.). **Diálogos em Formação de Professores: pesquisas e práticas**. Niterói: Intertexto, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, 2003.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. Tradução Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

PRATA, J. M. **Sua Vida Acadêmica**: escreva mais e melhor. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. v. 1. 164p .

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores civilizatórios afro-brasileiros na Educação Infantil. In: TRINDADE, Azoilda Loretto da (org.). **Africanidades brasileiras e educação**: salto para o futuro. Rio de Janeiro: ACERP; Brasília, DF: TV ESCOLA, 2013. p. 131-138.